



Fala de mulheres na educação paraense no jornal Folha do Norte nos anos 1950

Women's speech within Pará state education in the Folha do Norte newspaper during the 1950s

Clarice Nascimento de Melo
Universidade Federal do Pará
Belém – Brasil

Marcélia Protázio
Universidade Federal do Pará
Belém – Brasil

Resumo

Este estudo tem como objeto as falas de educadoras do Pará publicados no jornal Folha do Norte entre 1952 e 1959. A pesquisa buscou compreender como essas mulheres se posicionaram no cenário educacional durante o período do nacional-desenvolvimentismo, destacando suas opiniões sobre temas como acesso à educação, qualidade do ensino, condições laborais e dinâmicas escolares. Por meio de uma abordagem histórico-documental, foram analisadas edições do periódico, organizadas em categorias temáticas. A análise revela que essas mulheres não eram meras observadoras, mas agentes ativas que, apesar das limitações impostas pelo contexto social e pelo veículo impresso, contribuíram significativamente para o debate educacional no Estado do Pará. O trabalho demonstra a relevância do jornal como fonte histórica e reafirma a importância de destacar o protagonismo de mulheres, por meio das vozes femininas na História da Educação paraense.

Palavras-chave: História da Educação; História das Mulheres; Educadoras.

Abstract

This object of this study is the Pará state female educators' speech published in the Folha do Norte newspaper between 1952 and 1959. The research sought to understand how those women stood their ground in the educational context during the national-developmental period in Brazil, as they shared their opinions on topics such as education, teaching quality labor conditions and school-related dynamics. By carrying out a historical and document-based approach, the issues of said publication were analyzed, and organized in thematic categories. The analysis reveals that those women were not mere observers, but active agents which, despite the limitations imposed by the social context and the press, contributed significantly to the educational debate in the Pará state. The paper also demonstrates the role of newspapers as a historical source, while highlighting the importance of female protagonism, through female voices in the History of Education in Pará.

Keywords: Education History; Women's History; Female educators.

Introdução

O presente artigo tem como objeto de pesquisa as falas de educadoras paraenses publicadas no jornal Folha do Norte no decorrer dos anos 1950. A problemática surge em torno de compreender as percepções dessas mulheres durante o cenário educacional do nacional-desenvolvimentismoⁱ, especialmente no que diz respeito ao acesso à educação, à qualidade do ensino, às condições laborais e às dinâmicas escolares. Para isso, propomos a seguinte questão norteadora: quais as opiniões, os pensamentos e as possibilidades de fala que foram tornadas públicas do magistério do Pará?

Para responder tal pergunta, é necessário delimitar alguns pontos essenciais. Em primeiro lugar, ao utilizarmos os documentos, não assumimos que eles representem um consenso ou a verdade absoluta dos fatos; pelo contrário: entendemos que as transcrições das falas trazidas no jornal refletem perspectivas específicas, selecionadas para serem publicadas e que não correspondem à totalidade das experiências femininas da época. Isso ocorre por não ser um veículo neutro de informações, mas um sistema dinâmico que produz e dissemina mensagens, refletindo e influenciando a realidade social (Barros, 2023).

O nosso estudo não se atém a materialidade do jornal, como o papel, a tipografia e o formato, igualmente, aos aspectos formais das publicações, como a localização das notícias (se à esquerda ou à direita da página), a disposição dos espaços ou a seção em que as informações foram transmitidas. Reconhecemos que tais elementos têm significado para a pesquisa de fontes jornalísticas, porém, optamos por focar apenas no enunciado das fontes.

Em relação à disposição dos documentos, eles não estão de acordo com a temporalidade das publicações, e sim dentro das categorias de análises selecionadas. Essa decisão se fundamenta na necessidade de uma análise histórica que ultrapasse a simples sucessão de eventos, como Bloch (2002, p. 30) argumenta: o historiador deve “escolher e peneirar”, organizando racionalmente o material.

A predileção do Folha do Norte como fonte principal não é aleatória. Fundado em 1896 por Enéas Martins e Cipriano Santos, o jornal consolidou-se como um dos mais longevos e influentes da região Norte, notabilizando-se por ser o principal diário do Pará durante décadas (Ferreira, 2005). Sua história foi marcada por um posicionamento político definido. Sob a direção de Paulo Maranhão a partir de 1930, tornou-se a principal voz de oposição a Magalhães Barata e seu baratismo.

Durante o período estudado, embora o ápice do conflito com Barata já houvesse passado, o jornal mantinha seu alinhamento com as elites políticas e econômicas estaduais opostas ao governador, refletindo em suas páginas o projeto de modernização e desenvolvimento associado à época. Portanto, sua relevância histórica, aliada ao seu cunho político e editorial de tradição oposicionista, ainda que em novo contexto, foi a razão essencial para a escolha dele como fonte, em detrimento de outros periódicos da época, como A Província do Pará ou O Liberal.

Além disso, o recorte temporal selecionado – com destaque para os anos de 1952, 1954, 1957 e 1959 – permite contemplar os anos 1950, de forma a oferecer um panorama das falas femininas. Essa demarcação considera a viabilidade de investigar uma década em um único trabalho, sem perder de vista a complexidade e a diversidade das experiências analisadas.

A pesquisa de caráter histórico-documental teve o levantamento de fontes realizado na sessão de microfilmes da Biblioteca Pública Arthur Viana. Seguindo os procedimentos metodológicos sugeridos por Cellard (2012): primeiro, analisamos o contexto social, político e econômico em que os documentos foram produzidos. Em seguida, realizamos uma leitura inicial para identificar conceitos-chave e os sentidos dos termos utilizados, considerando sua historicidade. Por fim, desenvolvemos uma análise interpretativa, reunindo as informações obtidas e compreendendo os documentos à luz da problemática e dos referenciais teóricos que orientam este artigo.

O trabalho está organizado em quatro partes, além da introdução: a primeira se chama *Pensamentos de mulheres sobre a educação*, na qual analisamos as opiniões das preceptoras sobre o acesso ao ensino, à qualidade, o papel da escola e às condições laborais; na segunda, *Ideias de um “bom professor”*, discutimos os atributos valorizados em uma educadora exemplar; na terceira, *Concepções de direito e dinâmicas do cotidiano escolar*, abordamos a agência das professoras na luta por direitos e as situações envolvendo o ensino. Por último, apresentamos as *Considerações finais*, refletindo sobre os resultados alcançados e suas contribuições para a História da Educação de Mulheres.

Pensamentos de mulheres sobre a educação

As crônicas publicadas pela imprensa paraense nos anos 1950 constituem um valioso retrato do cotidiano regional, capturando não apenas os hábitos e mentalidades da época, mas também as dinâmicas de transformação então em curso. Registravam-se desde a

abertura de comércios e indústrias até a ampliação de estradas e do transporte fluvial, além de cobrir cerimônias oficiais, expressões culturais e mobilizações coletivas. Tais mudanças, conforme assinala Carneiro (2016), aceleraram a urbanização e aproximaram as áreas urbanas e interioranas.

Diante desse cenário de crescimento, é evidente que as mulheres não vivenciaram essa época de forma isenta. Para explorar essa perspectiva, as páginas do jornal possibilitaram localizar pensamentos femininos sobre temas educacionais. Um indício é a notícia de 3 de março de 1952, intitulada “Novas escolas em 1952”, na qual a diretora do Ensino Municipal de Belém, Yolanda Martins, comenta o processo de ampliação das instituições escolares, com ênfase nas áreas periféricas e mais carentes da cidade. Embora seu discurso aparente valorizar a expansão do acesso à educação, é possível problematizar seus pressupostos e implicações.

A diretora comunica:

Inúmeros têm sido os abaixo-assinados dirigidos ao Exmo. Sr. Prefeito pela população pobre e dos subúrbios solicitando a abertura de novas escolas. Isso demonstra que o homem do povo se interessa pela instrução das crianças e indica progresso na mentalidade das massas (Folha do Norte, 1952a, p. 3).

O enunciado utilizado indica como a abertura de novas escolas fazia parte de um projeto de “progresso” focado na quantidade, em detrimento da qualidade e com um tom quase pejorativo da população. Verificamos que ao mesmo tempo que ela demonstra um certo tipo de admiração pelo interesse popular na instrução pública, o uso dos termos “homem do povo” e “mentalidade das massas” atrela uma visão na qual a falta do ensino é associada a um “atraso” inerente às camadas populares.

Reznik, Miranda e Matos (2021) colocam que tais palavras são resultado de um olhar que se manifesta como reflexo das disputas em torno dos projetos nacionais e das concepções políticas da década de 1950, bem como as questões relacionadas ao desenvolvimento e à democracia. Do mesmo modo, a noção de “massas” é frequentemente associada à irracionalidade, à homogeneização e à massificação social (Wanderley, 1994).

Em outra nota, do mesmo dia, com o título “Preparando cidadãos para o futuro”, Yolanda Martins estabelece um vínculo entre o pedido popular por novas escolas e a expansão da rede educacional como ferramenta para o crescimento estadual, ela acaba por destacar a relevância da ampliação do acesso à educação. Em suas palavras: “*Prestaremos serviços inestimáveis à sociedade, aumentando o número de escolas e distribuindo pelos*

subúrbios, onde é o maior número de crianças que reclamam instrução” (Folha do Norte, 1952b, p. 2).

O reconhecimento da importância de expandir o acesso ao ensino é vinculado por ela aos “*princípios básicos da democracia*” (Folha do Norte, 1952b, p. 2). Para a diretora, a educação é um meio de formar cidadãos conscientes de seus direitos e capazes de escolher seus dirigentes, integrando-se aos ideais democráticos, conforme elencamos anteriormente.

O pensamento da educadora se alinha ao conceito de “progresso” vigente no período. Segundo Silva (1957), seu significado estava associado a uma ideia de modernização e desenvolvimento econômico e social, porém de forma superficial e distante das demandas reais da população. O autor atribui isso às condições de subdesenvolvimento econômico, que não apenas limitavam a expansão quantitativa do sistema escolar, mas também relegavam a segundo plano às discussões sobre a qualidade e o tipo de ensino oferecido.

A assertiva de Silva (1957) dialoga diretamente com as ideias de Yolanda Martins, já que sua concepção de progresso enfatiza a expansão quantitativa de escolas sem mencionar outros fatores estruturais essenciais para a educação. Logo, a possibilidade de priorizar uma expansão meramente numérica, descolada de debates sobre qualidade e condições de trabalho, só era viável porque se apoiava em uma estrutura já historicamente precarizada.

Essa estratégia de barateamento do ensino público não era novidade na década de 1950, pelo contrário, remontava ao próprio processo de expansão do ensino no século XIX, que se consolidou com uma tática estrutural de precarização docente. Alinhada a massiva incorporação de mulheres no magistério, justificada por uma suposta “vocação” natural, que, na verdade, era uma opção política calculada para baratear os custos da educação pública, uma vez que as mestras recebiam salários inferiores aos dos homens (Rabelo; Martins, 2006).

Essa lógica economicista foi sustentada por uma narrativa ideológica, como explica Yannoulas (2011). Durante a “cruzada pedagógica” no Brasil, as mulheres foram consideradas “*educadoras por excelência*” (p.279), uma percepção que se apoiava na visão que eram simultaneamente mão de obra barata e afetuosa. Essa construção social permitia justificar a baixa remuneração com o argumento de que o salário das professoras seria meramente complementar, pressupondo que o homem, como chefe da família, seria o provedor principal.

A contradição entre a importância social da docência e a desvalorização material da profissão não permaneceu restrita ao discurso acadêmico ou político, também foi alvo de denúncias públicas feitas pelas próprias educadoras.

Em 09 de maio de 1954, a professora e escritora Lindanor Celina publicou no jornal um texto intitulado “Professoras e Braçais”, no qual reflete sobre a precariedade da situação das mestras no Pará. Ela lança um questionamento sarcástico e direto, *“Mas já não será tempo de nos lembrarmos também das nossas professoras primárias? Que é há com elas, que todo mundo, todo gato pingado tem seu salário majorado?”* (Folha do Norte, 1954a, p.6). Com esta fala, a escritora expõe a contradição fundamental entre a relevância social da profissão e seu completo desprezo financeiro e institucional.

Sua crítica não se limitava aos baixos salários: *“e elas continuam a principiar e ver findar o mês com lápis na mão, a fazer contas de chegar”* (Folha do Norte, 1954a, p. 6). Mas apontava também para suas consequências devastadoras na qualidade do ensino. Ela argumentava que a dedicação docente essencial para um *“ensino fecundo”*, tornava-se impossível na precariedade: *“Não podemos transmitir aos outros se não aquilo que possuímos”* (Folha do Norte, 1954, p. 6). A carência de condições adequadas, portanto, atingia em cadeia professoras e alunos, especialmente: *“nossas crianças de grupo, a maioria já tem tão pouco – e menos ainda terá”* (Folha do Norte, 1954, p. 6).

O cerne de seu argumento reside na demolição do ideal do sacerdócio docente. Lindanor Celina desafiava a noção de que o *“amor à profissão”* ou a *“vocação”* poderiam suprir a falta de remuneração digna: *“Porque, me digam quem pode, por mais vocação que tenha para tal, quem pode sentir amor a uma profissão tão ingratamente remunerada?”* (Folha do Norte, 1954a, p. 6). Este questionamento desmonta a justificativa ideológica que naturalizava os baixos salários como parte de uma *“missão”* feminina.

O pagamento mensal que recebiam de 900 cruzeiros era tão irrisório que, segundo Lindanor Celina, *“elas estão percebendo menos que os varredores de armazém e que as operárias da castanha”* (Folha do Norte, 1954a, p. 6). Esse valor não era suficiente sequer para garantir *“uma capa com que enfrentar a chuva”* e *“adquirir um vidro de vitamina quando se resfriar”* (Folha do Norte, 1954a, p. 6).

Uma crítica mais abrangente à sociedade brasileira é finalizada pela escritora: *“E assim vamos vivendo neste Brasil que um sonhador chamou de país do futuro, mas que é apenas o país do futebol e do carnaval”* (Folha do Norte, 1954a, p. 6). A afirmação resume a desilusão de

Lindanor Celina com as prioridades do país, que favorece o entretenimento em vez de questões essenciais, como a valorização da educação.

Outro documento da mesma autora, publicado em 25 de julho de 1954 sob o título “Professoras: uma classe esquecida”, se utiliza de uma marchinha carnavalesca da época para ilustrar a percepção social sobre as educadoras:

*O Brasil tem muito doutor.
Muito funcionário, muita professora.
Se eu fosse o Getúlio mandava.
Metade dessa gente pra lavoura. (Nelson Gonçalves, 1954).*

Ao selecionar essa música, Lindanor Celina buscou não apenas evidenciar o tratamento dado ao magistério como um todo, mas também um dos pontos centrais da notícia, que é a ideia de que as perceptoras são uma “classe mártir por natureza”, como afirma: “*Mas falávamos das nossas caras professorinhas – classe mártir por natureza, pois ainda as mais felizes, as que trabalham apenas por diletantismo*” (Folha do Norte, 1954c, p. 11).

Lindanor Celina, entende a educação como uma missão quase sacrificial, em que as mulheres entregam “*sua paciência, saúde e beleza nesse mister ingrato*” (Folha do Norte, 1954c, p. 11). Ela compara o esforço dessas educadoras, ao lidarem com turmas de 30 ou mais crianças, com o trabalho de uma mãe que cuida de seus filhos. Tal paridade não apenas destaca a sobrecarga do magistério, mas também questiona por que a sociedade não reconhece o valor de seu trabalho, tratando-o como algo menor ou secundário.

As críticas de Lindanor Celina, se tornam ainda mais significativas, pois o magistério já era majoritariamente feminino (Melo, 2014), o que constata a desvalorização da docência, tanto em termos de prestígio social quanto de remuneração, que ela tão veementemente denunciava.

Aprofundando esse debate, Yannoulas (2011) explica que essa dinâmica se enraíza em dois fenômenos interligados: a feminilização, entendida como o aumento quantitativo da participação feminina na profissão, e a feminização, compreendida como a transformação do valor social dessa ocupação, que passa a ser desqualificada quando associada ao trabalho das mulheres. Como destaca a autora, quando uma profissão se torna predominantemente feminina, há uma tendência à sua desvalorização simbólica e material, aspecto que dá ainda mais sentido às denúncias feitas.

Lindonor Celina materializa com clareza esse processo de desqualificação. Ela expõe a remuneração das educadoras paraenses, dizendo “*com seu salário de fome*” (Folha do Norte, 1954c, p.11) de Cr\$ 30,00 diários no Pará. Valor pequeno comparado aos Cr\$ 7.000,00ⁱⁱ mensais de uma normalista no Rio de Janeiro, valor consideravelmente superior ao das educadoras do Pará.

É ressaltado, ainda, por Lindonor Celina, que com salários insuficientes, muitas professoras eram forçadas a escolher entre permanecer no magistério ou buscar alternativas mais lucrativas, ainda que menos prestigiadas. Diante dessa realidade, a autora questiona: “*Como se arranjam? Diga-me, como?*” (Folha do Norte, 1954c, p.11), enfatizando a negligência do Estado e a apatia da sociedade diante das dificuldades enfrentadas por elas.

Além da privação material, Lindonor Celina aborda a humilhação simbólica, notando o descompasso no qual as professoras não podiam se vestir como “*uma empregada doméstica*” ou “*uma mulher do povo*” (Folha do Norte, 1954c, p.11), pois deviam manter uma aparência condizente com seu papel social. Este conflito, que Santos (2015) identificaria como um processo de “autodesvalorização” e crise de identidade, sintetizado na afirmação da escritora de que as professoras se sentiam humilhadas por tantos anos de estudos e serem equiparadas “*em igualdade de condição monetária a qualquer assalariada da castanha*” (Folha do Norte, 1954c, p. 11).

Lindonor Celina alerta para as consequências do descaso com o magistério feminino, prognosticando um êxodo de professoras da profissão: “*Não vejo longe o dia em que, por pura necessidade, muitas das nossas heroicas professoras largarão de vez e mal recompensará a missão*” (Folha do Norte, 1954c, p. 11). A escritora prevê que este abandono não se dará por falta de dedicação, mas pela busca de sobrevivência, irão buscar uma profissão mais rendosa, mesmo que mais humilde, *que lhes permita, “alimentar-se e vestir-se razoavelmente”* (Folha do Norte, 1954c, p. 11).

Num apelo dramático à sociedade, ela finaliza: “*E aí, meu povo, que será então, do problema educativo?*” (Folha do Norte, 1954c, p. 11). Esta interpelação direta “meu povo” transforma o alerta em um problema social urgente, questionando toda a população sobre o futuro da educação sem suas professoras. Para ilustrar o cenário, recorre a uma metáfora que compara a expansão da ignorância ao crescimento de um “mato selvagem” que se alastra sem necessidade de cuidados “*Ah! O Pará será o Estado onde a ignorância vicejará como florescem*

as ervas daninhas, o mato bravo. Se há uma coisa que não precisa de adubo, de cuidado, é mato selvagem. E como ele, a ignorância, o analfabetismo” (Folha do Norte, 1954c, p. 11).

Este tom melancólico, demonstrava a manifestação concreta da persistência do processo histórico de desvalorização da docência. Que na década de 1950, com a expansão industrial e a urbanização, acentuou-se a saída dos homens da profissão, intensificando a canalização das mulheres para o magistério primário. Conforme analisado por Pereira (1969), essa inserção feminina massiva deu-se sob condições restritivas e paradoxais: se por um lado à docência representou uma vital via de profissionalização feminina, por outro, confinou-as a uma posição subalterna que perpetuava as funções socialmente atribuídas ao seu gênero, o cuidado e a educação infantil.

A partir das diversas posições que essas professoras ocupam, os seus pensamentos revelam a tensão entre o projeto oficial de progresso e a realidade precária por elas vivenciada. Ao expressarem publicamente suas preocupações com o ensino e as condições laborais, essas mulheres demonstravam uma clara consciência das desigualdades estruturais, deixando à tona uma questão premente: se a valorização docente está ligada à qualidade da educação, quais atributos e práticas devem ser reconhecidos e incentivados na formação e atuação desses profissionais?

Ideias sobre um “bom professor”

Justamente para responder a esse questionamento, iremos nos debruçar sobre o que era o perfil da educadora ideal. No qual, por um lado, encontramos críticas fortes à idealização abstrata da figura docente, que mascarava a precariedade material da profissão, por outro, deparamo-nos com a perpetuação de estereótipos de gênero mesmo em cerimônias que visavam celebrar e reconhecer o trabalho dessas mulheres. Esta seção analisa esse tensionamento, explorando como as narrativas sobre o “bom professor” forjavam identidades profissionais e refletiam as complexas, e por vezes contraditórias, expectativas sociais depositadas sobre as professoras paraenses.

No ano de 1957, o jornal trouxe referências à “Sociedade Paraense de Educação”, identificada como uma agremiação de professoras. A edição de 30 de abril registrou na notícia intitulada “A Sociedade Paraense de Educação, Comemorando Mais Um Aniversário, homenageia o ‘Professor do Ano’”, no qual se descreve a celebração do 24º aniversário da entidade. A professora Anita Muller, diretora do tradicional Colégio Suíçoⁱⁱⁱ Brasileiro, foi

eleita a “Professor do Ano” em um concurso criado pela Sociedade. Durante a cerimônia, temos a menção de Anita ter proferido expresso agradecimentos de forma emocionada e de ser aplaudida calorosamente pela comunidade presente.

O discurso de homenagem à Anita Muller foi feito pela professora Maria Barroso^{iv}; ela que se utiliza uma linguagem poética e simbólica para celebrar as qualidades da homenageada. Descrevendo o momento como uma: “*manhã destiva, quando a poesia dourada da luz do sol, entrando pelas janelas, vem compartilhar nossas alegrias*” (Folha do Norte, 1957c, p. 3). Essa imagem idílica serve para criar um clima de reverência e celebração, reforçando a ideia de que o magistério é uma atividade nobre e inspiradora.

Maria Barroso destaca Anita Muller como uma “*educadora modelar*”, cujo nome projeta uma “*auréola de simpatia e confiança*” na sociedade. Ela elogia a “*cultura do seu espírito, a bondade de seu coração e a firmeza que traça as linhas de sua personalidade*” (Folha do Norte, 1957c, p. 3), características que fazem de Anita uma “*mestra completa, que todas nós admiramos*” (Folha do Norte, 1957c, p. 3).

A utilização desse tom altamente metafórico constrói uma imagem quase sacralizada da professora, elevando-a a um pedestal simbólico que reforça a idealização do magistério, como uma missão de abnegação e devoção, em que às qualidades que são atribuídas a ela, reforçam estereótipos sobre a “*essência feminina*” na educação (Bassanezi, 2009).

Apenas em um pequeno trecho Maria Barroso enfatiza o trabalho de Anita Muller, “*Os Suissos^v marcam hoje um traço luminoso na vida estudantil da nossa terra*” (Folha do Norte, 1957c, p. 3), destacando a relevância de sua atuação na educação paraense.

Outro ponto cabível a ser tratado, que também explica a razão e em um sentido crítico de o nome desta seção estar no masculino, diz respeito à própria designação do prêmio – “Professor do Ano” – mantida dessa forma mesmo quando concedido a uma mulher. Reforçando como a linguagem, por meio de um discurso construído e partilhado, serve para perpetuar uma ordem social que mantém as desigualdades de gênero (Nogueira, 2001).

Se a linguagem do discurso de homenagem consagrava um modelo idealizado que simultaneamente elevava e confinava a docente a um arquétipo restritivo, era precisamente essa mesma idealização abstrata, esse “apostolado”, que seria alvo críticas contundentes que veriam a ser tecidas. Dois anos depois, em 25 de janeiro de 1959, Irene Azevedo publicaria na coluna “Atualidades” uma resposta frontal a essa visão idealizada.

Em sua nota sobre a condição do magistério no Brasil, a autora destaca a contradição entre o papel moral e cívico atribuído aos professores e a precariedade enfrentada pela categoria. A autora afirma que “o magistério ainda constitui, apesar dos pesares, uma reserva moral do país” (Folha do Norte, 1959a, p. 11), ressaltando que essa seria “a classe à qual ainda não se admite corrupção” (Folha do Norte, 1959a, p. 11) e “a única de que não se exige civismo, ideal renunciado” (Folha do Norte, 1959a, p. 11).

A idealização da docência como uma atividade incorruptível e patriótica impõe aos educadores uma responsabilidade desproporcional, como se fossem os guardiões exclusivos da moralidade nacional. Atribuindo a essas mulheres através da relação simbólica delas com a sociedade, como transmissoras do saber legitimado (Yannoulas, 2011), essa romantização, além de desconsiderar as complexidades da profissão, transfere para os professores um encargo que deveria ser compartilhado por toda a sociedade.

Chamon (2005) contribui para a discussão ao enfatizar que, no contexto brasileiro, as mulheres foram convocadas a desempenhar a “nobre missão” de transmitir valores sociais. Vistas como dóceis, virtuosas e dedicadas, eram consideradas as profissionais ideais para moldar mentes e comportamentos alinhados aos interesses da nação. Essa construção artificial do “sacerdócio docente”, como observa Almeida (2022), servia para mascarar a precarização sob o discurso do dever sagrado.

Irene Azevedo recorre à ironia para criticar a idealização, apontando que, apesar de serem enaltecidos como “incorruptíveis, patriotas e apóstolos” (Folha do Norte, 1959a, p. 11), os professores enfrentam inúmeras dificuldades financeiras e sequer têm o direito de aspirar a uma vida condizente com a dignidade da profissão: “Vivem de dificuldades sem que lhes deem direito ao menos de possuir estômago, quanto mais de aspirar por uma existência mais compatível com a dignidade do cargo e às imposições técnicas da própria função” (Folha do Norte, 1959a, p. 11).

Seu questionamento revela a função ideológica dessa glorificação abstrata: mascarar a falta de investimento real e a desvalorização social concretas dos docentes. O ápice desse escárnio, segundo ela, ocorre quando “indivíduos desclassificados chamam a outros não menos debochados: “Professor! Professor!” (Folha do Norte, 1959a, p. 11). Lamenta-se, ainda, que “o respeito aos mestres desapareceu com a veneração que antes se devia também aos pais” (Folha do Norte, 1959a, p. 11).

O questionamento de Irene Azevedo ecoava para além da crítica direta, lança uma luz interrogativa sobre os próprios mecanismos de reconhecimento e celebração da categoria. Seis meses após sua nota, em 8 de julho de 1959 com o título “Sociedade Paraense de Educação: aclamado o Professor do Ano”, o jornal noticiava outra sessão solene da Sociedade Paraense de Educação para aclamar a “Professor do Ano”, Esther Nunes Bibas.

A cobertura deste evento, contudo, apresentava um registro distinto daquele que consagrara Anita Muller em 1957. Diferentemente do tratamento poético e simbólico anterior, a notícia sobre Esther Bibas adotou um tom mais objetivo e sucinto, focando-se em seu *“brilhante trabalho em benefício da infância na região”* (Folha do Norte, 1959b, p. 3). Essa variação de abordagem revela nuances significativas na forma como a imprensa e a própria Sociedade Paraense de Educação construíam narrativas sobre o magistério de mulheres.

A diferença de tratamento pode ser compreendida à luz da dupla dimensão do professorado feminino proposta por Yannoulas (2011, p. 280 - 281). Para a autora, a profissão docente possui tanto uma dimensão material objetiva (quantificável através de características como formação, salários e condições de trabalho) quanto uma dimensão simbólica (constituído pelo conjunto de valores, normas e representações sociais que definem o “dever ser” do docente).

Essa perspectiva ajuda a entender o caráter fragmentado do reconhecimento profissional das educadoras. As manifestações de exaltação, dependendo de seu contexto e intencionalidade, podiam oscilar. Como o caso de Anita Muller que representa a face mais tradicional e conservadora desse ideal: um modelo que associa a excelência docente a atributos femininos idealizados e à sacralização da missão, obscurecendo as dimensões materiais e trabalhistas da profissão.

Em oposição direta a isso, a crítica de Irene Azevedo desmonta esse idealismo. Para ela, o “bom professor” não poderia ser aquele elevado à condição de “apóstolo” ou “reserva moral” enquanto era submetido à precariedade material e ao desprezo social. Sua fala desafia a hipocrisia de uma sociedade que venerava simbolicamente aquilo que desvalorizava na prática.

Já a menção a Esther Bibas adota-se um tom de valorização a competência prática e os resultados tangíveis do trabalho docente sem recorrer ao excesso de poeticismo do caso Muller, mas também sem adotar o tom de denúncia frontal de Azevedo. Foi uma escolha, de

notícia, que tenta, ainda que timidamente, focar na ação profissional em vez de apenas no caráter ou no martírio.

Longe de ser homogêneo, o ideal do “bom professor” demonstrou-se não como um conceito estático ou consensual, mas sim um espelho das contradições da época, onde se disputavam projetos distintos de visão sobre os docentes. A análise dessas facetas evidencia que as próprias educadoras eram agentes ativas na construção e contestação dos significados de sua profissão.

Concepções de direitos e das dinâmicas do cotidiano escolar

Se na seção anterior as fontes discutiam o que ser, aqui, elas mostram o que fazer – e o que enfrentar – para exercer a profissão. Analisa-se como essas mulheres se desdobravam na luta por direitos e na materialidade do cotidiano escolar, demonstrando assim uma agência concreta que se expressava em iniciativas de formação, na administração e, sobretudo, nos embates por melhores condições de trabalho contra a precarização e a violência.

Para entender a profundidade desses embates, é necessário partir de sua base, a precária estrutura que relegava às professoras leigas a tarefa de educar sem reconhecimento ou suporte. Uma amostra emblemática dessa realidade, é a notícia de 27 de março de 1952, na qual o jornal publicou uma carta da Irmã Gentil Diretora, Raimunda Ferreira da Silva (Presidente das Damas de Caridade do abrigo São Vicente de Paula), instituição para filhos de viúvas residentes no abrigo.

A dirigente pedia ao prefeito de Belém que nomeasse uma professora qualificada para o “Externato Irmã Tavora”, afirmando: *“Lutando com dificuldades financeiras, e na impossibilidade de conseguir uma professora diplomada para dirigir a referida escola, confiaram-na a uma professora leiga que não pode corresponder aos desejos de quem ali a colocou”* (Folha do Norte, 1952c, p. 3).

Esta situação remonta a dinâmicas dos séculos XVI-XVIII que, segundo Tardif (2013), perpetuaram-se no Brasil, caracterizando o trabalho das professoras leigas como *“instável, precário e cíclico”* (p. 555) – um ciclo confirmado pela persistência da precariedade no Pará dos anos 1950. Como analisa Carneiro (2018), este não era um caso isolado, mas parte de uma estrutura mais ampla onde a contratação de professoras leigas funcionava como solução precária para a escassez de profissionais qualificadas, especialmente em comunidades rurais e periféricas, pois as educadoras diplomadas preferiam as escolas urbanas, que ofereciam

melhor estrutura e certo “prestígio” social, enquanto as leigas eram relegadas às regiões mais carentes. Esta prática, segundo Tardif (2013), institucionalizava hierarquias profundas, não apenas entre diplomadas e leigas, mas também entre professores urbanos e rurais, reproduzindo desigualdades regionais e sociais.

A diferença entre as educadoras tornava-se ainda mais explícita na questão salarial. Em 20 de agosto de 1954, professoras do ensino primário paraense mobilizaram-se para solicitar ao governador Zacharias de Assumpção, a manutenção de uma emenda que garantia aumentos salariais. O memorial entregue, ao mesmo tempo que apelava à autoridade ao *“amparar as preceptoras que, tantas vezes com sacrifício, se dedicaram a transmitir às crianças os ensinamentos indispensáveis à vida”* (Folha do Norte, 1954d, p. 3), revelava a precariedade material vivida por elas. Nele, destacava-se que os vencimentos *“apenas atendem suas necessidades mais rudimentares”, “sujeitando-as a verdadeiras privações”, “somente suportáveis por vocação heroica e patriotismo incontestável”* (Folha do Norte, 1954d, p. 3).

Elas destacavam as dificuldades enfrentadas pelo funcionalismo diante do aumento do custo de vida e reivindicavam a manutenção dos novos vencimentos: *“Diretoras de Grupos Escolares: Cr\$ 2.300,00; orientadoras do Ensino: Cr\$ 1.800,00; professoras normalistas: Cr\$ 1.600,00 e, finalmente, professoras leigas: Cr\$ 1.300,00”* (Folha do Norte, 1954d, p. 3).

A notícia ilustra que mesmo com pós-segunda Guerra Mundial e com consolidação no Ocidente um modelo de ensino laico, estável e com melhores condições trabalhistas (Tardif, 2013), o contexto paraense evidenciava um Estado e uma sociedade que ainda as enquadravam na lógica antiga dos séculos XVI-XVIII, se apoiando em discursos de sacrifício e abnegação para justificar salários insuficientes e condições precárias.

Paradoxalmente, as docentes também recorriam a essa mesma retórica para suportar os entraves da sua profissão e como instrumento estratégico em suas manifestações. A mesma intencionalidade operava simultaneamente como ferramenta de exploração pelo Estado e como estratégia de resistência e resiliência pelas professoras.

Frente a este cenário de profundas disparidades, iniciativas de qualificação profissional surgiam como tentativas de enfrentamento estrutural. É neste contexto que se insere a notícia de 11 de julho de 1954, intitulada *“Instituído o curso de férias para professoras municipais – Funcionará, a partir de amanhã na Escola ‘Estados Unidos’ – Interessante iniciativa do Ensino Municipal”*.

O curso, de autoria da professora Yolanda Martins, criado com o objetivo de “*melhor atender a finalidade educativa das escolas*” (Folha do Norte, 1954b, p. 16), incluía disciplinas como metodologia da matemática, ministrada pela própria, além de “*Palestras sobre psicologia infantil, sociologia educacional, aspectos importantes da história do Brasil e do Pará e excursões a logradouros públicos que apresentem real interesse ao desenvolvimento cultural do professor*” (Folha do Norte, 1954b, p. 16).

A inclusão de temas, como psicologia infantil e sociologia educacional, indicava uma tentativa de modernizar a prática docente, alinhando-a às discussões científicas e pedagógicas que ganhavam espaço no cenário educacional da época. Bardon e Bennett (1975) discutem que os anos 1950 e 1960 foram marcados pelo avanço da atuação de psicólogos escolares, impulsionados pelas demandas iniciais da psicologia escolar.

No contexto internacional, refletia-se uma mudança paradigmática na compreensão da infância: a criança deixava de ser vista como um mero objeto ou produto da ação adulta para ser reconhecida como um ator (ou parceiro) de sua própria socialização. Essa transformação, que deslocou a criança de uma posição de passividade para a de sujeito ativo, representou uma grande mudança no campo da educação e da psicologia (Pinto, 1997). No Brasil, essa tendência começava a ganhar força, ainda que de forma incipiente, como é evidenciado pelas palestras ofertadas no presente documento.

A ênfase na história do Brasil e do Pará, por sua vez, revela um esforço para fortalecer a identidade nacional e regional, inserindo os educadores e, por consequência, os alunos, nessa visão. Da mesma forma, as excursões a logradouros públicos demonstram uma tentativa de ampliar o repertório cultural dos professores, conectando a formação docente ao espaço urbano e aos seus elementos históricos e culturais.

Conforme Bittencourt (2018) essa estratégia didática alinhava-se a um propósito maior do ensino de História naquele contexto: a formação de uma identidade nacional coesa, que visava forjar a imagem de um “cidadão” integrado a uma narrativa específica sobre as origens e a unidade da nação, esse projeto privilegiava a disseminação do ideário da “democracia racial brasileira” nas décadas de 1950-1960, privilegiando uma narrativa positivista, silenciando conflitos e mantendo a civilização europeia como referência.

Esta iniciativa articulava-se com um processo histórico mais amplo. Coelho e Coelho (2024) destacam que, desde o século XIX, os manuais didáticos desempenharam papel central

na sistematização de narrativas históricas voltadas à formação identitária nacional e regional. O curso de férias analisado inseria-se nesta mesma lógica, funcionando como um instrumento para materializar no território e no imaginário docente esse projeto nacional-populista.

Se o curso representava uma ação institucional de formação, outras educadoras atuavam diretamente na gestão do cotidiano escolar. É o caso de Júlia da Silva Monteiro, que em 1957, publicou petições na coluna “Secretaria de Estado do Governo”, nos dias 24 e 26 de março, ela solicitou o desligamento do aluno Paulo Gomes de Oliveira e propôs mudanças no regulamento do Educandário “Nogueira de Faria”, argumentando que: *“tais desligamentos ocasionam prejuízos ao Estado que, [...], manteve o aluno a suas expensas e agora o vê desligar-se sem qualquer ressarcimento das despesas que, com sua manutenção, realizou”* (Folha do Norte, 1957b, p. 18).

O tom do documento revela uma preocupação tanto com a responsabilidade estatal quanto com a necessidade de revisão dos critérios de desligamento de estudantes. O fato de uma educadora intervir formalmente na estrutura normativa da instituição demonstra uma tentativa de participação ativa no aperfeiçoamento da instituição. Além disso, a justificativa utilizada o impacto financeiro para o Estado sugere que Júlia da Silva Monteiro fundamenta seu pedido em argumentos pedagógicos e em uma lógica administrativa.

A atuação das professoras também esbarrava em realidades violentas. O caso de Heloisa Fonseca dos Santos, publicado em 20 de junho de 1957, sob o título “Espancamento de uma professora”, ilustra que ela como única normalista no município de Araticu, relata que foi agredida fisicamente por André Cursino da Silva, genro de um vereador local.

Em carta publicada no jornal, Heloisa não apenas denunciou a agressão, mas também articulou uma interpretação política para o fato: *“Calculo ser partido de ordem do atual prefeito, o qual me tem perseguido bastante, pois aqui só existem espíritos de perseguições pessoais e tudo fica em silêncio”* (Folha do Norte, 1957d, p. 10).

O episódio evidencia não apenas a violência física, mas as disputas políticas e dinâmicas sociais enfrentadas pelas educadoras. A necessidade de recorrer ao jornal para ser “ouvida” revela o descaso das autoridades locais e a conivência com a impunidade. Mesmo como *“professora normalista, trabalhando há 12 anos nesta cidade”* (Folha do Norte, 1957d, p. 10), condição que lhe conferia certo prestígio, Heloisa enfrentava dificuldades para ter sua denúncia atendida, demonstrando que nem a formação docente a protegia das hostilidades do ambiente político e social.

A experiência de Heloisa materializa de maneira dramática as consequências concretas da marginalização histórica das educadoras, evidenciando que o desprezo social e institucional ultrapassava o campo discursivo e atingia diretamente a integridade das profissionais. A agressão sofrida revela a tensão entre a autoridade que a formação docente conferia e o desprezo enfrentado no cotidiano escolar, ressaltando o contraste com um passado em que ser professor era sinônimo de prestígio (Almeida, 2022).

Os documentos evidenciam um protagonismo que vai além da mera execução de tarefas pedagógicas, configurando-se como registros da presença ativa das mulheres na história e que tornam possível reavaliar acontecimentos que, muitas vezes, são tratados como meros fatos sociais (Costa, 2003).

Considerações finais

A análise das falas das educadoras do Pará no jornal Folha do Norte na década de 1950, mostra como essas mulheres atuaram de forma estratégica no debate educacional. Elas não apenas ecoavam o discurso oficial de modernização, mas também criticavam a precarização do ensino, participavam ativamente da definição do que significava ser “bom professor”, reivindicavam melhores condições, atuavam na gestão do cotidiano escolar e lutavam por seus direitos.

O jornal Folha do Norte se-constituiu como um espaço significativo de expressão para as educadoras, amplificando publicamente suas demandas. Embora não fosse um veículo neutro, uma vez que reproduzia interesses políticos e editoriais específicos - infere-se que alguns escritos foram privilegiados em detrimento de outros, seja por afinidade ideológica, seja por conveniência editorial – a apropriação desse espaço pelas professoras evidencia sua capacidade de ação e a relevância de suas pautas.

As contribuições dessas professoras dão vida à cultura, às práticas e ao pensamento educacional brasileiro, ao destacarmos o protagonismo de mulheres, por meio das vozes femininas, reforçamos a relevância de continuar investigando e valorizando pesquisas sobre essa temática, convidando-nos a refletir sobre as continuidades e permanências do tratamento feminino no campo educacional, especialmente em contextos regionais, como o do Pará, onde a documentação sobre as professoras ainda é pouco explorada.

Referências

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

BARDON, Jack; BENNETT, Virginia. **Psicologia escolar**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

BARROS, José D.'Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Editora Vozes, 2023.

BITTENCOURT, Circe Fernandes. Reflexões sobre o ensino de História. **Estudos avançados**, v. 32, n. 93, p. 127-149, 2018.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BRASIL. **Decreto nº 35.450, de 1º de maio de 1954**. Dispõe sobre alterações da tabela de salário-mínimo e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 1954.

CARNEIRO, Eva Dayna Felix. **Os espectadores: história, sociabilidade e cinema em Belém do Pará na década de 1950**. 2016. 264 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

CARNEIRO, Rita de Cássia Oliveira. **Quando a Casa é a Escola: Trajetórias de Professoras Leigas no Interior da Bahia (1950-1980)**. 2018. 219 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2018.

CELLARD, André. A análise documental. In: A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Editora Vozes, 2012. p. 295-316.

CELLARD, André. A análise documental. POUPART, Jean et al. (org.). In: **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 295 – 316.

CHAMON, Magda. **Trajetória da feminização do magistério: ambiguidades e conflitos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

COELHO, Mauro Cezar; COELHO, Wilma de Nazaré Baia. A formação inicial em história na Amazônia brasileira: uma reflexão inicial. In: CAVALCANTI, et al, (org.). **Ensino de história e formação docente na região Panamazônica: panorama de pesquisa, diálogos e reflexões**. São Luís: Editora da UFMA, 2024. p. 274-300.

COSTA, Suely Gomes. Gênero e História. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs.). **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p. 187-208.

FOLHA DO NORTE. **Preparando cidadãos para o futuro**. Belém, n. 23.651, p. 2, 3 jan. 1952a.

FOLHA DO NORTE. **Novas escolas em 1952**. Belém, n. 23.653, p. 3, 3 jan. 1952b.

FOLHA DO NORTE. **Pedem uma professora diplomada**. Belém, n. 23.701, p. 3, 27 março. 1952c.

FOLHA DO NORTE. **Professoras e Braçais**. Belém, n. 24.782, p. 6, 9 maio. 1954a.

FOLHA DO NORTE. **Instituído o curso de férias para professoras municipais**. Belém, n. 24.886, p. 16, 11 jul. 1954b.

FOLHA DO NORTE. **Professoras uma classe esquecida**. Belém, n. 24.910, p. 11, 25 jul. 1954c.

FOLHA DO NORTE. **Desejam as professoras a manutenção da emenda**. Belém, n. 24.954, p. 3, 20 ago. 1954d.

FOLHA DO NORTE. **Secretaria de Estado do Governo**. Belém, n. 26.511, p. 18, 24 de mar. 1957a.

FOLHA DO NORTE. **Secretaria de Estado do Governo**. Belém, n. 26.513, p. 16, 26 de mar. 1957b.

FOLHA DO NORTE. **A Sociedade Paraense de Educação, Comemorando Mais Um Aniversário, Homenageia o “Professor do Ano”**. Belém, n. 26.571, p. 3, 30 de abr. 1957c.

FOLHA DO NORTE. **Espancamento de uma professora**. Belém, n. 26.655, p. 10, 20 jun. 1957d.

FOLHA DO NORTE. **Atualidades**. Belém, n. 27.619, p. 11, 25 de jan. 1959a.

FOLHA DO NORTE. **Sociedade Paraense De Educação: Aclamado o Professor Do Ano**. Belém, n. 27.885, p. 3, 8 de jul. 1959b.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Pesquisa & Debate**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política, v. 15, n. 2, p. 1 – 22, 2004.

FERREIRA, Paulo Roberto. Mais de 180 anos de imprensa na Amazônia. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 3., 2005, Novo Hamburgo. **Anais 3º Encontro Nacional de História da Mídia**. Novo Hamburgo Rede Alfredo de Carvalho, 2005.

MARQUES JR., Arlindo; ROBERTI, Roberto. **Se eu fosse o Getúlio**. Intérprete: Nelson Gonçalves. [S.l.]: RCA Victor, 1953.

MELO, Clarice Nascimento de. FRANÇA, MARIA (orgs.). **História da Educação no Pará**. Belém: EDUEPA, 2014.

NOGUEIRA, Conceição. **Um novo olhar sobre as relações sociais de gênero: feminismo e perspectivas críticas na psicologia social**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

PEREIRA, Luiz. **O magistério primário numa sociedade de classes**. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1969.

PINTO, Manuel. A Infância como Construção Social. In: PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel. **As crianças: Contexto e Identidades**. Braga: Universidade do Minho, 1997.

PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla. **História das mulheres no Brasil: mulheres dos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2009.

RABELO, Amanda Oliveira; MARTINS, António Maria. A mulher no magistério brasileiro: um histórico sobre a feminização do magistério. In: VI Congresso Luso Brasileiro de História da Educação. Minas Gerais: **Anais VI Congresso do Brasileiro de História da Educação**, Minas Gerais, 2006. p. 6167-6176.

REZNIK, Luís; MIRANDA, Mario Angelo Brandão de Oliveira; MATTOS, Pablo de Oliveira de. Das massas e dos eleitores: povo, democracia e disputa política 1950-1960. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 32, e0209, p. 1 - 50, 2021.

SANTOS, Westerley A. Uma reflexão necessária sobre a profissão docente no Brasil, a partir dos cinco tipos de desvalorização do professor. **Sapere Aude** – Belo Horizonte, v.6 - n.11, p.349-358, 2015.

SILVA, Geraldo Bastos. **Educação e desenvolvimento nacional**. Rio de Janeiro: ISEB, 1957.

TARDIFF, Maurice. A profissionalização do ensino passados trinta anos: dois passos para a frente, três para trás. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 34, n. 123, p. 551-571, abr.-jun. 2013

WANDERLEY, Luiz. Massas e sociedade civil: notas para um estudo. **São Paulo em Perspectiva**, v. 8, n. 2, p. 33-40, 1994.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Feminização ou feminilização?: apontamentos em torno de uma categoria. **Temporalis**, v. 11, n. 22, p. 271-292, 2011.

Notas

ⁱ O Brasil buscando estimular o crescimento da nação, implementou uma política nacional de desenvolvimento (Fonseca, 2004).

ⁱⁱ De acordo com o Decreto nº 35.450, de 1º de Maio de 1954, existe uma disparidade entre salários em cada região e/ou sub-região do País, em função de cada peculiaridade dos locais.

ⁱⁱⁱ Grafia como consta na fonte.

^{iv} Secretaria da presidente da Sociedade Paraense de Educação Dra. Hilda Vieira.

^v Grafia como consta na fonte.

Sobre as autoras

Clarice Nascimento de Melo

Pós-doutorado em Educação pela Universidade Federal do Paraná (2021), Doutora pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2008), Mestra em Educação: Políticas Públicas pela Universidade Federal do Pará (1999), Especialista em Teoria Antropológica (1988) e em Educação e Problemas Regionais (1995), e Graduada em História pela Universidade Federal do Pará (1986). Atualmente, Professora Associada da Universidade Federal do Pará (UFPA), atuando no Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB). Coordena o Projeto de Pesquisa "Educação com Mulheres e Desenvolvementismo na década de 1950" e o Projeto de Extensão "Centro de Memória das Escolas de Belém". Lidera o Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Educação (GEPHE).

E-mail: claricemelo054@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7287-5648>

Marcélia Protázio

Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Pará. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em História e Educação (GEPHE).

E-mail: protaziomarcelia@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-3394-5106>

Recebido em: 30/03/2025

Aceito para publicação em: 10/09/2025